

Sindicato denuncia e Ministério Público investiga suposta contratação irregular

Advogada contratada conseguiu em tempo recorde um cargo de chefia na Gasmig com salário superior a R\$ 6 mil, uma história que, para o sindicato "está muito mal contada"

Em agosto do ano passado o Sindieleto enviou o ofício 141/2006 ao promotor de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público, Geraldo Ferreira da Silva, solicitando investigação sobre a suposta contratação irregular, pela Cemig, da advogada Letícia Vignoli Villela. Ela foi admitida pela Companhia, sem concurso público, no dia 1º de junho de 2006 sob a matrícula 56.000 no cargo de advogado pleno. Letícia foi cedida para a Gasmig, onde atualmente é chefe do Jurídico, com salário-base de R\$ 6.737,00.

No final do ano, a Promotoria de Justiça Especializada na Defesa do Patrimônio Público decidiu acatar a denúncia do sindicato e abriu o Procedimento Investigatório 199/06. Segundo a Promotoria, já foram solicitadas da Cemig informações e documentação sobre a contratação da advogada. O prazo para a empresa atender ao pedido se encerra no início de março.

De acordo com apurações do sindicato, antes de ser admitida pela Cemig, Letícia foi advogada trabalhista da Infovias. Na intranet da Cemig consta sua ficha funcional com dados sobre número de matrícula e as datas de admissão na Cemig e o atual cargo que exerce. Sequer é citado que ela é contratada efetiva da Infovias e seu nome tampouco está nas listas de aprovados dos concursos públicos realizados pela Cemig

nas datas de 03/09/2005, 04/11/2005 e 07/03/2006, e dos concursos da Infovias realizado em 27/06/2006 e da Gasmig, em 23/09/2005 (1ª etapa) e 29/12/2005 (2ª etapa). A advogada, inclusive, participou da reunião do Conselho de Administração da Cemig do dia 20 de fevereiro de 2006, cuja ata registrou que ela "teceu comentários sobre assuntos gerais e negócios de interesse da empresa".

Cemig diz que houve "erro"

Apesar disso tudo, Letícia Vignoli Villela nega a irregularidade, insistindo que é funcionária da Infovias. "Entre na Infovias em 2001, quando a empresa era privada. Pela lei, quando a Cemig assumiu o controle da Infovias os funcionários que lá estavam puderam ser efetivados sem concurso. Portanto, continuei funcionária da Infovias e cedida para a Gasmig", afirma.

O coordenador do Comitê de Negociação da Cemig, Marcelo Alkimin e o gerente da Assessoria de Relações Sindicais, João Lúcio Pereira Costa, confirmam que Letícia é do quadro de pessoal da Infovias e que, "deve ter ocorrido algum erro" para os seus dados cadastrais constarem da intranet como empregada da Cemig. "O erro já foi corrigido e posso afirmar que o trabalho da advogada na Gasmig é uma relação jurídica resolvida", ressaltou Marcelo Alkimin.



Foto: Benedito Maia

Ministério Público cobra explicações da Cemig

Para Sindieleto história está mal contada

Para o Sindieleto, a justificativa da Cemig para a contratação da advogada é uma história muito mal contada e a afirmação de que Letícia foi cedida para a Gasmig através da Infovias é um arranjo que precisa ser explicado. A direção do sindicato espera que o Ministério Público apure as supostas irregularidades e aponte o responsável ou responsáveis para, a partir daí, definir a medida jurídica cabível.

A direção do sindicato também espera que a atual direção da Cemig investigue os fatos e tome a medida administrativa cabível. Vale lembrar que na época da contratação da advogada, Heleni Fonseca ocupava o cargo de diretora da DGE e Flávio Decat de Moura era diretor-presidente da Gasmig. Até o fechamento da edição, pelos dados da intranet, Letícia continuava

registrada como funcionária da Cemig e também foi cadastrada na Forluz como funcionária da Companhia. Outra irregularidade é que na lista pública da Cemig, a advogada aparece como contratada pela Gasmig. Logo, as alegações do RH da Cemig não batem com a realidade. Furando a fila dos funcionários do quadro próprio, a advogada ainda chegou a cargo mais alto com salário superior ao dos trabalhadores concursados.

Se confirmada a irregularidade, a Cemig descumprirá seu código de ética e desconsidera os mais de 100 mil candidatos que disputaram uma vaga na empresa e suas subsidiárias através dos concursos públicos. Está em xeque a ética e a moral da diretoria anterior da Cemig e, hoje, para se chegar à verdade, é preciso se fazer alguns questionamentos: Quem deu as ordens para a contratação? Qual o nível de res-

ponsabilidade da diretora Heleni Fonseca e do diretor-presidente da Gasmig na época? O presidente da Cemig, Djalma Moraes, sabia da contratação? Quais as regras e critérios para o funcionário contratado ser cedido para subsidiárias da Cemig?

Privilegio

Para Wilian Vagner, coordenador-geral do Sindieleto, toda esta situação é no mínimo estranha. "Quando interessa à certas chefias, é válido contratar sem concurso e ainda garantir todos os direitos da categoria, dar um cargo de chefia e um salário alto? Se confirmada a irregularidade, a Cemig estará protegendo alguém e, para isso, descumprindo o que manda a lei, mesmo que a sociedade, mais uma vez, pague a conta", conclui o coordenador-geral do Sindieleto.

Superexposição da violência cria reféns do medo

Dramas como o assassinato do menino João Hélio geram reações positivas da sociedade, que exige providências das autoridades. Mas a solução para violência passa mais pela busca por respostas duradouras do que pelo sentimento de pânico e vingança

Na avaliação da médica e pesquisadora do Centro de Estudos de Criminologia e Segurança Pública (CRISP) da UFMG, Andréa Maria Silveira, o medo que os brasileiros sentem hoje tem base na realidade, mas além de tomar medidas de segurança, é preciso que a população se proteja também do pânico. "Não podemos negar que enfrentamos o risco real de sermos vítimas de um crime, mas a imprensa amplifica o medo ao noticiar de forma sensacionalista crimes bár-

baros, passando a impressão que todos estão igualmente expostos, acentuando a insegurança das pessoas", avalia.

Andréa acredita que a tragédia vende mais notícia e por isso a mídia ultrapassa os limites da ética, do respeito ao próximo e do bom gosto. "A imprensa nacional precisa ser formada para entender melhor o fenômeno criminoso, evitando a disseminação de teorias não comprovadas e lugares comuns sobre violência e crime. Devemos sem-

pre lembrar que a maior parte da população é honesta e respeita as leis", ressalta.

Preso em casa

No que diz respeito, aos homicídios, agressão que mais amedronta as pessoas, a pesquisadora Andréa Silveira destaca que Belo Horizonte experimentou a redução dos casos em 2006. "Quando a vítima é de classe média ou alta, temos uma divulgação maciça na imprensa e uma crise de indignação por parte da população", avalia.

Para a pesquisadora, é curioso que, diante do medo, as



Foto: Arquivo particular

A pesquisadora Andréa Silveira

pessoas se prendam em casa, sem contato com vizinhos, cercam suas moradias e abandonam o espaço público o que facilita a ação de criminosos. A dica da pesquisadora para aumentar a segurança é a adoção de cuidados no dia-a-dia e ampliar a participação em iniciativas comunitárias.

A sociedade entre a barbárie e a civilidade

O jornalista do Site Observatório da Imprensa, Luciano Martins Costa, lamenta que o noticiário brasileiro seja incapaz de identificar a circunstância violenta no quadro geral, separando o fato em si do entorno social e econômico que o cerca e de dar a cada história sua própria dimensão. "Atrocidades sempre vão acontecer, aqui e na África ou nos Estados Unidos. O que não pode seguir igual é essa impossibilidade de um diálogo entre a impren-

sa e a sociedade, do qual seja possível tirar algo mais do que manifestações de indignação e fúria vingativa", avalia.

Para Luciano, o debate sobre a violência num mar de emoções, perpetua o confronto entre quem pede mais sangue e aqueles que ainda sonham com uma sociedade mais fraterna e solidária. "Levada aos limites da irracionalidade a cada crime hediondo, a sociedade corre o risco de um dia romper seu compromisso com a civilidade", alerta.

O ciclo vicioso da violência e da impunidade

O antropólogo e um dos maiores especialistas em segurança pública, Luiz Eduardo Soares, concorda que para romper o círculo vicioso da violência é preciso bem mais do que mudar a estrutura policial. Para ele é preciso requalificar o debate sobre o tema. "Falta conhecimento da complexidade do problema por parte da imprensa e há muito simplismo no tratamento da matéria com erros que seriam intoleráveis na economia e na política", diz.

Para Luiz Eduardo, esta

abordagem não forma a opinião pública. Para ele ações positivas virão a partir de interrogações provocativas que subvertam certezas equivocadas. "Vamos divulgar a pergunta perturbadora: Você acredita que o sistema penitenciário funciona? Se não acredita, por que você deseja reduzir a idade de imputabilidade? Por que o estado não cumpre a Lei de execução penal?" Para Luiz Eduardo, o Brasil transitou da ditadura para a democracia, mas esqueceu de fora a segurança.

"Papagaio de todo telejornal
Eu acredito na imparcialidade
da revista semanal
Sou classe média,
compro roupa e gasolina no cartão,
Odeio "coletivos" e
vou de carro que comprei a
prestação
(...)

Mas eu "tô nem aí"
Se o traficante é quem manda na
favela; Eu não "tô nem aqui"
Se morre gente ou tem enchente em
Itaquera; Eu quero é que se exploda
a periferia toda

Mas fico indignado com o Estado
Quando sou incomodado
Pelo pedinte esfomeado
Que me estende a mão
O pára-busa ensaboado
É camelô, biju com bala
E as peripécias do artista
Malabarista do farol
Mas se o assalto é em "Moema"
O assassinato é no "Jardins"
E a filha do executivo
É estuprada até o fim
Ai a mídia manifesta
A sua opinião regressa
De implantar pena de morte
Ou reduzir a idade penal
E eu que sou bem informado
Concordo e faço passeata
Enquanto aumento a audiência
E a tiragem do jornal
(...)

Toda tragédia só me importa
Quando bate em minha porta
Porque é mais fácil condenar
Quem já cumpre pena de vida"

Trechos da Canção "Sou classe média" de Max Gonzaga



Eletricistas sofrem com dores lombares e na coluna por uso de veículo Iveco

A Norma Regulamentadora 17 (NR 17) obriga as empresas a garantir boas condições de trabalho no levantamento, transporte e descarga de materiais, uso do mobiliário e dos equipamentos, assegurando o máximo de conforto, segurança, saúde e desempenho. Contudo, para os eletricitistas da Cemig que trabalham com o veículo Iveco, da Fiat, a NR 17 está distante.

O veículo, muito utilizado na empresa, possui cabine tão estreita que os trabalhadores não conseguem esticar as pernas. Os bancos não têm regulagem, a suspensão é muito dura e o passageiro é obrigado a viajar sentado com as pernas sobre a roda dianteira.

Quem dirige o veículo sofre também com a batida do câmbio da marcha. As conseqüências para motoristas e passageiros são dores lombares e na coluna.

No Anel Rodoviário e em Sete Lagoas, os trabalhadores cobram da Cemig uma solução para o problema, apresentando a demanda para a direção do Sindieleiro e para as Cipas, além de preparar um abaixo-assinado. “Não agüentamos mais o desconforto, as fortes dores lombares e na coluna”, desabafou um eletricitista. Segundo outro trabalhador, a Cipa de Sete Lagoas já comunicou o problema ao setor de transporte e ao serviço médico da Cemig, “mas até agora nenhuma solução foi apresentada”.

Foto: Benedito Maia



Cabine do Iveco é uma tortura para os eletricitistas

“A gente trabalha o dia inteiro com o veículo e no final do expediente sente tanta dor que é difícil andar”. Os eletricitistas da área rural reclamam que o veículo é pouco potente para as estradas de terra o que provoca atolamentos constantes.

Só o lucro

O diretor de Saúde e Segurança do Sindieleiro, Jairo Nogueira Filho, diz que o uso do Iveco é resultado da política da Cemig de reduzir custos. “Este processo iniciou na última gestão da Cemig, onde a única preocupação era o lucro, ficando para segundo plano a saúde e as boas condições de trabalho dos eletricitários”, criticou.

Leonardo Timóteo, coordenador da Regional Metalúrgica, cita que o primeiro item do Código de Ética e Conduta da Ce-

mig é o compromisso com a saúde e segurança dos trabalhadores. “Mas na Cemig o Código de Ética não funciona. Esta situação é muito conhecida pelas Cipas, que tentam resolver a questão no coletivo, com as gerências, mas a empresa não toma qualquer providência”, diz.

O diretor afirma que há chefes que desconhecem a NR 17 e o Código de Ética da empresa. “Na Cipa de Sete Lagoas um supervisor de transporte declarou que os empregados estão se adaptando ao veículo Iveco, um discurso que inverte a lógica da própria NR 17. As tecnologias devem se adaptar ao homem, garantindo conforto, saúde e segurança”, afirmou.

O Sindieleiro cobra uma solução da Cemig e vai fazer um estudo técnico sobre os impactos do uso do veículo para a saú-

de e segurança do trabalhador. O gerente da Assessoria de Relações Sindicais (RH/RS), João Lúcio Pereira confirmou que os setores de saúde e segurança e de transporte da Cemig estão cientes das reclamações dos trabalhadores. “No momento, a Cemig avalia tecnicamente a questão para tomar as providências cabíveis”, destaca.

Para a médica do trabalho do sindicato, Ana Lúcia Murta, as providências “cabíveis” têm que ser urgentes, por estar em jogo a saúde dos trabalhadores. “A máquina é que deve ser adaptada às condições físicas do ser humano que a utiliza e que tem biotipos diferenciados. Se um trabalhador tem 1,60 centímetros e outro tem 1,90 centímetros, a empresa tem que oferecer maquinário que atenda estas características”, destacou.

Trabalhadores da Soccer pedem agilidade na solução do impasse trabalhista

Foto: Benedito Maia/Arquivo

Em fevereiro de 2005, em reunião na sede da Cemig, representantes da Companhia se comprometeram a resolver todas as pendências trabalhistas dos terceirizados da Conservadora Soccer, que estavam sendo transferidos para a Adser. Porém, dois anos depois, estas pessoas ainda não receberam o acerto de mais de três anos de serviços. Muitos aguardam o pagamento de salário e vales-transporte referente a 45 dias, duas férias vencidas, parcelas do FGTS, multa de 40%, 13º salário, dentre outras questões pendentes.

Um trabalhador lembra que, na época, muitos ficaram sem vale-transporte para ir trabalhar, e sem salário para resolver as necessidades básicas da família. “Tomei sus-

pensão por não ir trabalhar, porque não tinha dinheiro para a passagem”. Outro trabalhador ficou com contas de luz e água atrasadas, pegou empréstimo, ficou devendo prestações de compras, teve que parar a construção da casa aonde mora, e ainda ficou sem dinheiro para o remédio da esposa. “Esse dinheiro tem que sair logo, para a gente poder organizar a vida de novo”, destacou.

“Queremos e sabemos que temos direito a receber esse dinheiro. Achemos que a Cemig tem que ser responsabilizada por isso”, disse uma trabalhadora. Depois de transferidos para a Adser, os pagamentos passaram a ser feitos em dia. Os trabalhadores cobram empenho da Ce-



mig para resolver o antigo impasse. “Dedicamos nosso tempo e nosso trabalho para a Cemig, fazemos de tudo, e mesmo com prejuízo, ainda estamos firmes aqui. Precisamos de uma decisão”, alertou outro terceirizado.

Leonardo Timóteo, diretor do sindicato, considera que a Cemig é responsável por essa situação, pois sabia do proble-

Famílias atingidas vivem contradição em Irapé

As comunidades reassentadas pela Cemig para a construção da Usina de Irapé, no Vale do Jequitinhonha, estão enfrentando um grave problema. Várias delas não estão conseguindo pagar a conta de energia das bombas que puxam a água para as pequenas propriedades, ins-

taladas em localidades distantes do rio Jequitinhonha. Com isso estão endividados, sem água e sem energia.

Edinei José Pêgo, liderança local do Movimento dos Atingidos por Barragens, diz que o problema de falta de água atinge praticamente todas as comuni-

dades no entorno da usina. “O pessoal não está dando conta de pagar as altas contas da energia que bombeia a água, que antes passava no quintal das casas. Parece que a Cemig esqueceu da gente”, alertou.

Sem energia

Matéria do jornal Estado de Minas, do dia 11 de fevereiro, destacou que a Cemig cortou o fornecimento de energia de comunidades, como a Fazenda Dileta, em José Gonçalves de Minas, e a Fazenda Mandassaia, em Leme do Prado, para punir a inadimplência dos consumidores.

O Reassentamento Quilombo da Boa Sorte, em Leme do Prado, teve a energia cortada por conta de uma dívida acumulada de R\$ 11.317,00. “Morávamos na beira do rio Jequitinhonha e agora estamos a 20 quilômetros de Irapé. A nossa água é bombeada de um córrego a sete quilômetros da maioria das casas”, afirmou Maria de Lourdes Borges ao jornal.

Terra seca

Um morador de Barra dos Salinas, comunidade abaixo do eixo da usina às margens do rio Jequitinhonha, conta que antes de Irapé, ele e os vizinhos plantavam e colhiam muita coisa. “O rio enchia e molhava as margens. Agora, com a água represada, a margem ficou seca. A gente planta e não consegue mais colher”.

A assessoria de imprensa da Cemig afirma que, com a conclusão das obras, o acompanhamento das famílias reassentadas passou a ser de responsabilidade da Emater (Empresa de Assistência Técnica e Rural do Estado de Minas Gerais). O órgão afirma que as demandas das famílias serão analisadas e que em alguns casos foram encontradas alternativas de abastecimento para substituir o bombeamento da água com uso de energia elétrica e em outros houve parcelamento da dívida.

Marcelo Borges, diretor do Sindieleiro, destaca que grande

parte dessas comunidades atingidas sobrevive da agricultura familiar. “Sem água fica impossível para estas famílias plantar, colher e criar novos vínculos com a terra para onde foram transferidos. É preciso que a Cemig se responsabilize pelo abastecimento e pela assistência permanente a essas famílias, que não podem ser abandonadas”, avaliou.

Impacto social

As obras da construção da hidrelétrica de Irapé começaram em abril de 2002. Em fevereiro de 2004, famílias de atingidos fizeram manifestação na sede da Cemig cobrando o cum-

primento do acordo judicial, firmado em julho de 2002, entre a Companhia e a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Irapé.

Diante dos transtornos causados para moradores de 47 comunidades, a empresa teve que se comprometer com medidas para reduzir os impactos sociais, ambientais e culturais da obra. Em 2006, a usina entrou em funcionamento. Cerca de 1100 famílias, que moravam na área alagada, foram transferidas para outras localidades, mas continuam enfrentando problemas, como a falta de água.

FALA O que você acha da cobertura que a imprensa dá à violência? TRABALHADOR(A)

Fotos: Benedito Maia



A imprensa estimula a violência porque julga, condena e executa. Mas não é



Não tenho o hábito de assistir jornais na tv. Alguns telejornais enfatizam a violência e

ela a única responsável. O resultado desastroso em que nos encontramos hoje é fruto de fatores como o descaso dos governantes nos últimos anos, da ausência da família na educação dos seus filhos, da ausência do próprio Estado e do seu descompromisso com a população. Basta esta combinação para detonar o estopim: fome, miséria e impunidade. De certa forma somos pelo menos coreponsáveis por isso já que elegemos os governantes e a família somos nós quem formamos e por ela devemos zelar. Quanto ao Estado, se ele é ausente cabe a nós cobrarmos uma atitude e não deixar que se forme um estado paralelo (o do crime organizado, por exemplo).

Argemiro Ferro Filho, Técnico de Obras Cívicas, ER/VT – Sede

Marília Custódio Fernandes, Técnica de Projetos, Itambé

Prejuízos com a construção de Irapé mobilizaram as comunidades

